

Pressões dificultam a atuação da Funai

ELIANA LUCENA
Da Sucursal de
BRASÍLIA

A Fundação Nacional do Índio (Funai) está enfrentando uma crise decorrente da falta de apoio que encontra em áreas governamentais, inclusive do próprio Ministério do Interior, e que se reflete na redução de verbas destinadas ao órgão, em dificuldades para a realização de seus programas, especialmente de criação e demarcação de reservas indígenas, e na crescente hostilidade das populações que disputam terras com os índios. Esta posição contra o índio pode ser ilustrada com a situação que ocorre em Tocantnia, Goiás, onde os índios estão sendo alimentados pela Funai, que abriu uma cantina na área indígena, porque todos os comerciantes da cidade se negavam a vender qualquer coisa para os Xerentes.

O incidente ocorrido esta semana, envolvendo a Funai e o Inera, que divergem sobre os limites da área indígena suruí, em Rondônia, é um problema típico que tem sido enfrentado pela atual administração da Funai, pressionada constantemente a reduzir as áreas indígenas, em função de interesses não só de organismos públicos, mas também da iniciativa privada. No caso do parque Aripuanã, onde fica a reserva suruí, a situação é mais grave, porque, segundo o próprio Inera, não só o governo do Território, mas ainda o próprio ministro do Interior não estaria de acordo com os limites da área que a Funai pretende demarcar. Este assunto será debatido amanhã, durante o encontro que o presidente da Funai manterá com o ministro Rangel Reis, podendo acarretar uma grande derrota ao órgão, caso o ministro venha a apoiar a delimitação proposta pelo Inera.

O problema de terras é agravado principalmente pela omissão do Inera, que, embora tendo firmado uma série de convênios com a Funai, visando ao reassentamento dos colonos invasores das áreas indígenas em seus projetos, quase nada fez até agora.

O posseiro é ainda manipulado em alguns casos pelos grandes proprietários, que procuram jogá-lo contra o índio, defendendo, na verdade, interesses próprios.

O grande problema enfrentado pelas comunidades tribais não é causado, em geral, pela pequena invasão de posseiros, mas pelas empresas e grandes fazendas que estão invadindo suas áreas, como ocorreu com os tapirapés. Esses índios conviveram pacificamente com os posseiros que se instalaram em suas terras, até a chegada dos grandes investidores.

O destino das famílias de colonos que deverão ser retiradas das terras dos índios continua tão indefinido que a própria Funai decidiu, em reunião realizada na semana passada, em Campo Grande, oferecer oficialmente ao Inera as terras que pertenceram aos Krenhacarore, transferidos para o Parque Nacional do Xingu, e a antiga reserva Tapayuna, para a instalação de famílias que vivem em áreas onde os atritos com os índios são mais graves.

Além desses problemas, a Funai enfrenta atualmente carência de recursos financeiros, que estão sendo substancialmente reduzidos. Para este ano, por exemplo, o órgão esperava uma verba de 15 milhões de cruzeiros do Programa de Integração Nacional para o desenvolvimento de seus projetos. No entanto, foram liberados apenas 2,7 milhões, o que obrigou o Departamento Geral do Planejamento Comunitário a alterar inteiramente sua programação.

DEMISSÃO

O esvaziamento desse departamento, o

DGPC, nos últimos meses, causou o pedido de demissão de seu diretor, o antropólogo George Cerqueira Zahur, já aceito pelo general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai. A idéia inicial do general era valorizar esse departamento, que ficaria responsável pela área de estudos e pesquisas e a coordenação dos programas de desenvolvimento sócio-econômicos. A promoção desse departamento foi amplamente anunciada no primeiro semestre, quando o general Ismarth decidiu acabar com o poderio do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, uma espécie de super-órgão dentro da Funai.

Nessa ocasião, o general anunciou a substituição de quase todos os diretores dos departamentos mas, ao que tudo indica, as reformas não foram muito profundas.

Um dos diretores, Fracelísio Wanderbrook, do Departamento Geral de Operações, foi nomeado diretamente pelo ministro Rangel Reis. O novo diretor do DGO é antigo assessor do ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello.

A nomeação de Wanderbrook foi interpretada como uma tentativa do ministro Rangel Reis de colocar um homem de sua confiança na Funai, uma vez que sua pouca simpatia pela política adotada pelo atual presidente do órgão não é escondida pelos seus no ritmo que o ministro gostaria de dar ao desenvolvimento das comunidades indígenas visando à sua rápida integração à sociedade nacional, em oposição ao trabalho pelos técnicos indigenistas, obedecendo a um processo mais lento de aculturação. Ao lado disso, o problema de terras também gera posições diferentes, como no caso do Aripuanã.

Com a nomeação do novo diretor do DGO, este departamento, anteriormente responsável apenas pelo apoio aos postos indígenas, ganhou grande força dentro da Funai.

Inclusive foi transferida para ele a responsabilidade pelos diversos projetos em execução, anteriormente coordenados pelo Departamento Geral do Desenvolvimento Comunitário. O Departamento Geral do Patrimônio Indígena agora desenvolverá apenas estudos e pesquisas sobre as comunidades tribais. Essas modificações, sem dúvida foram as principais causas da demissão do seu diretor, Cerqueira Zahur.

As críticas feitas à atuação da Funai e os últimos acontecimentos comprovam a falta de apoio enfrentada atualmente pelo órgão. Há uma grande preocupação nos meios indigenistas de que o Ministério do Interior venha a impor ao órgão uma política com objetivo de acelerar o processo de integração do índio, especialmente pelo desenvolvimento de projetos econômicos.

Os técnicos indigenistas acham que apenas os grupos já em contato há vários anos com a civilização, como os do Sul, estão em condições e precisam obter da Funai uma orientação para melhor se integrarem. Essas comunidades já podem ser atendidas por programas feitos pelos planejadores, voltados para o seu desenvolvimento econômico.

No entanto, defendem os indigenistas que a mesma política não pode de forma alguma ser adotada, a curto prazo, para os grupos que estão em contato recente com a civilização.

Enfim, a grande preocupação manifestada por antropólogos, etnólogos e indigenistas é de que a Funai possa vir a se transformar numa grande empresa agenciadora do trabalho do índio. Dirigida por tecnocratas que desconhecem a problemática indígena.